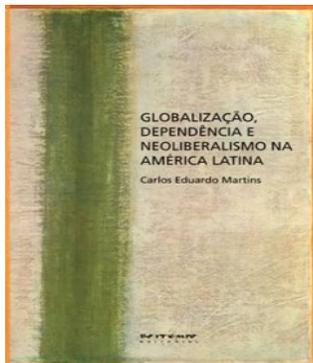


Resenha

Roberto Bitencourt da Silva (*)



Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.
São Paulo, Editora Boitempo, 2011 (367 p.).
Carlos Eduardo Martins.

A teoria da dependência consiste em um dos marcos teóricos mais fecundos já produzidos pelo pensamento latino-americano. Ascendeu no cenário intelectual do nosso cantinho no mundo entre os decênios de 1960 e de 1970, por meio dos estudos realizados, sobretudo, por cientistas sociais e economistas. Marcada por abordagens distintas e não raro conflitantes,¹ contudo, a teoria da dependência revela dois traços marcantes de convergência: de um lado, visa a empreender um esforço de análise das estruturas econômica, política e social da América Latina tomando por base as suas singulares realidades e os seus processos históricos de formação e de inserção no capitalismo mundial. De outro, a teoria da dependência assinala o papel historicamente subalterno reservado às sociedades latino-americanas na divisão internacional do trabalho, constituindo-se em um amálgama de territórios nacionais e de populações trabalhadoras destinadas à produção de mais-valia aos países centrais do capitalismo – isto é, para as potências capitalistas, sobretudo europeias,

(*) Doutor em História Política (PPGH/UFF), mestre em Ciência Política (PPGCP/UFRJ), professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-Rio/FAETEC/SECT-RJ) e da Secretaria Municipal de Educação – SME-RJ.

¹ Sob um matiz que espousa a tese da necessidade de superação da dependência, consultar MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México, D.F.: Siglo XXI, 10ª ed., 1980. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000. DOS SANTOS, Theotônio. *Revolução científico-técnica e acumulação do capital*. Petrópolis: Vozes, 1987. DOS SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. De um ponto de vista que assinala possibilidades de desenvolvimento sob os quadros da dependência, ver CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC, 7ª ed., s/d.

lideradas pelos EUA. As forças sociais dominantes no centro dinâmico do capitalismo mundial, associadas às classes dominantes dos países dependentes latino-americanos, apóiam e se baseiam nesta posição subordinada e espoliada da América Latina.

Representando uma visão totalizante sobre os problemas que enredam a nossa região, pode-se afirmar que a teoria da dependência tem a capacidade analítica de pintar um amplo quadro de fundo, que permite aos estudiosos e às forças sociais compreenderem múltiplas dimensões que incidem na realidade social, política e econômica latino-americana. Do ponto de vista historiográfico e sociológico, não é difícil perceber a força da influência das relações de dependência, estabelecidas entre os países latino-americanos e o centro capitalista, nas tensões, conflitos e arranjos entre classes e frações de classes sociais na região. É uma interpretação dos movimentos, das angústias e das alternativas políticas, ensaiadas pelos povos latino-americanos, que não restringe a análise exclusivamente à região. Ao contrário, sem negar as especificidades do subcontinente latino-americano – suas culturas, suas estruturas produtivas e suas iniciativas políticas –, no entanto, procura situá-las no conjunto das relações que se estabelecem entre a região e os países centrais do capitalismo.

Lançado em novembro de 2011, pela editora Boitempo, o livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* opera com o paradigma da teoria da dependência, incorporando recentes contribuições teóricas de autores que se utilizam da categoria de análise do capitalismo designada *sistema-mundo*.² O autor da obra, Carlos Eduardo Martins – professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ – oferece aos leitores um livro denso, em que mobiliza um vasto arsenal teórico e empírico. Uma obra de extrema importância para a reflexão sobre não poucos problemas do nosso tempo. Sua análise explora um mosaico de questões que enredam o sistema político e econômico mundial, cujo eixo é o fenômeno da globalização, seus limites e suas possibilidades na América Latina.

Esta grande obra produzida por Martins dedica-se a analisar as contradições gestadas pelo capitalismo contemporâneo. Fundamentalmente, o autor ressalta que as inovações tecnológicas, sob o domínio de um dos atores principais da globalização – as grandes corporações internacionais –, disseminam-se mundo afora, repelem os trabalhadores do emprego e destroem capitais médios e pequenos, no centro e na periferia capitalista. Dessa forma, cada vez mais as próprias *empresas globais*, em competição acirrada, vêm suas inovações disseminadas entre os seus concorrentes

² WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.

empresariais igualmente oligopolizados. A consequência é a redução das suas margens de lucros. De acordo com Martins, uma das alternativas a essa situação de decréscimo dos lucros tem sido a globalização da *superexploração* do trabalho. Isto é, uma notória experiência de subremuneração, desemprego e subemprego na periferia, agora incorporada à realidade social dos países centrais. A atual crise em que se encontram a União Europeia e os Estados Unidos nos parece representar evidência fortíssima do acerto da análise de Martins. A globalização tecnológica e econômica, de acordo com o instrumental teórico marxista operacionalizado pelo autor, é caracterizada por uma sistemática contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas (potencialmente libertadoras para a humanidade) e as relações de produção (que entram aquelas potencialidades, sob o jugo da lógica do lucro e das relações privadas de propriedade).

Na ótica de *Globalização, dependência...* a profunda crise mundial capitalista instalada possui duas alternativas: ou o recrudescimento das tendências privatistas e socialmente excludentes promovidas pelas grandes corporações internacionais, cujos Estados nacionais em que possuem suas sedes tenderiam a se orientar por lógicas políticas de cunho fascista; ou a construção de um amplo leque de forças sociais subalternas articuladas, no centro e na periferia, movidas por apelos que visassem superar a ordem vigente, a partir de movimentos anti-sistêmicos. Nesse sentido, para Martins, é a própria América Latina que tem construído esforços pós-capitalistas, com os governos de esquerda na Venezuela, na Bolívia e no Equador. Generalizar tais padrões política e economicamente soberanos, bem como mais democráticos (combinando as dimensões representativa e participativa da democracia), é uma opção necessária, conforme a abordagem do autor.

Da ampla gama de questões abordadas por Martins, destaco duas temáticas, de interesse imediato aos educadores e àqueles que advogam maiores investimentos em educação, conhecimento e tecnologia em nosso País: a *superexploração* do trabalho e a dependência tecnológica e econômica.

A *superexploração* do trabalho, usual na periferia latino-americana e em absorção pelos países do centro capitalista, fundamenta-se, a certa distância, no protagônico papel científico-técnico e econômico exercido pelas multinacionais. Estas, dotadas de grande capital e domínio tecnológico, com atuação internacional, empreendem uma competição desfavorável às pequenas e médias empresas, não raro destrutiva para estas. Ademais, as multinacionais são fornecedoras de bens e insumos em condição oligopolizada, de modo que tendem a uma definição dos preços das mercadorias bem acima do seu valor de produção. Tais custos são repassados aos pequenos e

médios capitalistas, em geral com atividades restritas aos mercados nacionais, que vêm a sua própria mais-valia reduzida. A saída encontrada pelos últimos é o rebaixamento salarial e a precarização do trabalhador. Um recurso também favorecido na periferia latino-americana pelo amplo contingente de subempregados e desempregados, que contraem a capacidade de consumo do conjunto da classe trabalhadora, em virtude dos salários abaixo das necessidades da sua reprodução. Um fenômeno que implica em desigualdades sociais grotescas e na retração do mercado consumidor interno. Por extensão, nas sociedades periféricas a produção das multinacionais tende a ser destinada ao mercado do consumo suntuoso de segmentos médios e altos.³ Assim, precisamente a *superexploração* do trabalho, que tipifica a América Latina, não é condizente com investimentos perenes na qualificação profissional e na formação mais adensada da força de trabalho. Há uma falta de estímulo, proveniente do ambiente produtivo, que cerceia a necessidade de investimentos expressivos em educação. Isso devido ao desemprego e ao subemprego de grossa parte da força de trabalho, em condição, pois, de abundância de oferta.

Uma questão que interage diretamente com a *superexploração* do trabalho é o domínio das tecnologias de ponta pelas corporações empresariais globalizadas, sediadas no centro capitalista. Portadoras da capacidade de produção de bens e serviços de maior valor agregado, estas corporações extraem mais-valia – mesmo que tendencialmente em queda, segundo o autor –, dos países dependentes e periféricos que se dedicam a produzir bens manufaturados com baixa adição de saber técnico-científico ou mesmo produtos primários. Nesse sentido, a estrutura produtiva dos países dependentes⁴ não possui um incentivo endógeno direcionado ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, por conta do papel estratégico desempenhado pelas *empresas globais* nas economias dependentes. Dependentes, diga-se, da tecnologia pronta e configurada nas praças centrais do sistema capitalista.

A saída deste obscuro panorama da dependência não deixa de ser identificada por Martins. Entre outras iniciativas assinaladas pelo autor, destacam-se: de um lado, a necessidade de valorização do trabalhador, por meio da qualificação profissional e do aumento da escolaridade (variáveis que incidem na definição dos salários). Por outro, um investimento substantivo no apoio

³ Tomo a liberdade de acrescentar que, ao menos levando em consideração o fenômeno do desenfreado estímulo ao crédito na sociedade brasileira, também os segmentos de renda mais baixa têm se constituído em estratos consumidores de alguns produtos mais sofisticados e elaborados pelas multinacionais. Todavia, em função dos baixos salários pagos no País, talvez não seja razoável atribuir a tal fenômeno um caráter permanente e sólido, em função da potencial insolvência e inadimplência que pairam no horizonte.

⁴ Na América Latina, mergulhada em processo de desindustrialização e de reprimarização da sua pauta exportadora, como os casos do Brasil e da Argentina evidenciam. MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência...*, São Paulo: Boitempo, 2011, p. 332-336.

à pesquisa e à inovação, de sorte a promover, nos países de *nuestra* América, o domínio das bases do conhecimento científico e tecnológico que regem a economia contemporânea. Ambas iniciativas que não guardam o potencial de nascerem espontaneamente dos movimentos do sistema econômico em vigor. Ao contrário, elas só podem ser gestadas por intermédio de uma incisiva decisão política dos povos latino-americanos, cujo papel promotor da educação e da inovação deve caber ao Estado. Apesar da série de condicionamentos históricos, políticos e econômicos, internos e externos, postos em relevo pela análise de Martins, ao fim e ao cabo, é a liberdade de escolha e a vontade política das majorias que cumprem papel determinante para a superação da dependência. É uma inserção soberana do Brasil e da América Latina no mundo globalizado o que preconiza o autor.

Particularmente a respeito das ações potencialmente alvissareiras no Brasil de hoje, Martins sublinha o tratamento da questão da sustentabilidade alimentícia, cujos programas de renda mínima, mesmo que timidamente, têm constituído um passo para atenuar o problema da subremuneração do trabalho. Com desempregados e subempregados que não se encontram diretamente mergulhados na fome, de certo se impõe um limite ao rebaixamento salarial dos trabalhadores. Talvez também se possa ressaltar como iniciativa positiva no horizonte próximo o presente comprometimento público da Presidência da República com a destinação integral dos *royalties* do petróleo, e de metade dos ganhos com o pré-sal, para a educação.⁵ Existem, no entanto, múltiplas e sérias limitações por parte da orientação do atual governo brasileiro, assim como uma variedade de questões analisadas por Martins, que os limites de uma resenha não têm como acolher. Fica, contudo, o registro da enorme contribuição da obra para o entendimento dos desafios latino-americanos e para a reflexão sobre os eventuais caminhos a serem traçados pelos povos, do lado de cá da periferia, no mundo contemporâneo.

Recebido em: 05/11/2012

Aceito em: 07/03/2013

⁵ *Exame*. “Governo defende 100% dos royalties do petróleo para educação”. São Paulo, Economia, 31/10/2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/governo-defende-100-dos-royalties-do-petroleo-para-educacao>. Acesso realizado em 04/11/2012.